RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do nº. 1 do art.º 76 da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro que revogou a Lei Nº. 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de prestação de contas do Município da Golegã, referente ao ano económico do ano de 2013.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de Abril do ano seguinte àquele a que respeita, conforme determina a alínea l) do nº. 2 do artº. 25º. da citada Lei nº. 75/2013.

As contas do Município serão remetidas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 de Abril, independentemente da sua aprovação pela Assembleia Municipal.

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como as instruções do Tribunal de Contas referidas na Resolução nº. 26/2013 que alterou a resolução nº 4/2001. Foi tida ainda em consideração a Resolução nº. 31/2013 do Tribunal de Contas

Conforme dispõem os diplomas referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão

O Relatório de Gestão, tem como finalidade complementar, disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, de seguida vamos analisar as informações referentes ao exercício de 2013, da forma que se evidencia:

a) - A situação económica

b) - Indicadores da situação financeira

c) - Evolução das dívidas nos últimos anos, de curto, médio e longo prazos a terceiros

d) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício

e) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

a) – SITUAÇÃO ECONÓMICA

No ano de 2013 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

Descrição	Receita	Despesa
Correntes	4.947.124,93 €	4.325.515,94 €
Capital	2.284.308,69 €	2.895.356,62 €
Outras	1.088,37 €	-
Total	**7.232.521,99 €**	**7.220.872,56 €**

Descrição	Valores
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes ……..	+ 621.608,99 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital ……..	- 611.047,93 €
Diferença Total …….	+ 10.561,06 €
Outras Receitas ……	+ 1.088,37 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2012 ……	38.656,27 €
Saldo do Exercício de 2013……	**50.305,70 €**

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 621.608,99 € em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do equilíbrio orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 611.047,93 €, verificando-se que a poupança corrente foi parcialmente absorvida para fazer face a despesas de investimento, resultando assim um saldo de 10.561,06 € que terá que ser adicionado ao valor de outras de receitas na importância de 1.088,37 €.

Resultou assim, um diferencial total positivo da importância de 11.649,43 €, que somado ao saldo transitado do ano de 2012 no valor de 38.656,27 €, originou um saldo em dinheiro na gerência de 2013 de **50.305,70 €.**

Em relação à receita, o grau de execução da receita foi de 64,31%, verificando-se que a nível de receitas correntes, foi de 96,80%, o que é considerado ótimo, pelo que fica demonstrada a preocupação em ajustar, convenientemente a execução à previsão.

A execução da Receita de Capital está, fortemente condicionada por fatores externos e de contexto económico, atingindo um valor de 37,11%. Referimos ter havido manifesta dilação do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), traduzindo-se no atraso do financiamento de projetos e iniciativas.

Face à conjuntura económica desfavorável do País, continua a verificar-se dificuldade em encaixar receita de capital pela venda de bens patrimoniais

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir a quebra bastante acentuada verificada nas transferências do Orçamento do Estado nos últimos anos.

A despesa total teve um grau de execução de 63,86% em relação às previsões corrigidas. Nas despesas correntes a execução foi de 77,55%. Nas despesas de capital foi de 50,54%. Valores um pouco abaixo das expetativas criadas, embora justificadas por tudo o que foi referido anteriormente em relação à quebra significativa da receita.

Dos 4.325.515,94 euros pagos nas despesas correntes, cerca de 2,184 milhões de euros referem-se a pagamentos e encargos com o pessoal, representando cerca de 50% deste tipo de despesas e 30% em relação ao total geral da despesa.

Em relação ao ano de 2012, verificou-se um aumento da despesa com pessoal em cerca de 118 mil euros, essencialmente porque no ano de 2013 não se procedeu ao corte dos subsídios de férias e de Natal nos salários dos funcionários e agentes.

Por conseguinte verificou-se um ligeiro aumento da despesa corrente em relação ao ano anterior.

O peso das despesas de capital reduziu cerca de 16,5% em relação ao ano de 2012, motivado pelo abrandamento de 572.546 euros do investimento realizado (aquisição de bens de capital).

O total da despesa realizada teve também uma redução de 513.351 euros, equivalente a menos 6,64%.

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos, os mapas das receitas e despesas:

ESTRUTURA NAS DESPESAS E RECEITAS ORÇAMENTAIS:

Em termos específicos verificaram-se os seguintes valores:

DESPESA ORÇAMENTAL:

Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2013		Ano de 2012		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2.183.869	30,24%	2.065.676	26,71%	118.193	5,72%
02 – Aquisição de bens e serviços	1.731.204	23,97%	1.798.244	23,25%	-67.040	-3,73%
03 – Juros e outros encargos	21.107	0,29%	26.678	0,34%	-5.571	-20,88%
04 – Transferências correntes	358.076	4,96%	327.101	4,23%	30.975	9,47%
05 – Subsídios	11.365	0,16%	11.638	0,15%	-273	-2,34%
06 – Outras despesas correntes	19.895	0,28%	36.984	0,48%	-17.089	-46,21%
SOMA DESPESAS CORRENTES	**4.325.516**	**59,90%**	**4.266.321**	**55,16%**	**59.195**	**1,39%**
07 – Aquisição de bens de capital	2.266.262	31,39%	2.779.525	35,94%	-513.262	-18,47%
08 – Transferências de capital	6.250	0,09%	78.698	1,02%	-72.448	-92,06%
09 – Ativos financeiros	3.702	0,05%	7.525	0,10%	-3.823	-50,80%
10 – Passivos financeiros	619.142	8,6%	602.155	7,79%	16.987	2,82%
SOMA DESPESAS DE CAPITAL	**2.895.357**	**40,098%**	**3.467.903**	**44,84%**	**-572.546**	**-16,51%**
TOTAL GERAL	**7.220.873**	**100,00%**	**7.734.224**	**100,00%**	**-513.351**	**-6,64%**

RECEITA ORÇAMENTAL:

Em Euros

DESCRIÇÃO	Ano de 2013		Ano de 2012		Variação	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	717.728,84	9,93%	678.168	8,85%	39.561	5,83%
02 – Impostos indirectos	57.774,53	0,80%	16.870	0,22%	40.905	242,47%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	289.196,84	4,00%	271.231	3,54%	17.966	6,62%
05 – Rendimentos de propriedade	273,09	0,00%	106	0,00%	168	158,98%
06 – Transferências correntes	3.082.462,25	42,63%	2.714.991	35,43%	367.471	13,53%
07 – Venda de bens e serviços correntes	799.689,38	11,06%	768.587	10,03%	31.102	4,05%
08 – Outras receitas correntes	0,00	0,00%	0	0,00%	0,00	0,00%
SOMA RECEITAS CORRENTES	**4.947.124,93**	**68,41%**	**4.449.953**	**58,07%**	**497.172**	**11,17%**
09 – Venda de bens de investimento	0,00	0,00%	360	0,00%	-360	-100,00%
10 – Transferências de capital	1.848.389,22	25,56%	2.723.532	35,54%	-875.143	-32,13%
12 – Passivos financeiros	435.919,47	6,03%	489.337	6,39%	-53.418	-10,92%
SOMA RECEITAS CAPITAL	**2.284.308,69**	**31,59%**	**3.213.229**	**41,93%**	**-928.921**	**-28,91%**
TOTAL GERAL	**7.231.433,62**	**100,00%**	**7.663.182**	**100,00%**	**-431.749**	**-5,63%**

No mapa seguinte destacamos os programas mais relevantes do ano de 2013, inseridos no PPI – Plano Plurianual de Investimentos (parte das Grandes Opções do Plano), bem como a distribuição dos respetivos valores, comparando-os com o ano de 2012.

Designação	Ano 2013	Ano 2012
FUNÇÕES GERAIS:		
- Serviços Gerais de Administração Pública	91.344,77 €	146.183,49 €
FUNÇÕES SOCIAIS:		
- Saúde e Ação Social	330.749,54 €	129.730,01 €
- Abastecimento de Água e Saneamento	60.308,19 €	55.347,77 €
- Desporto, Recreio e Lazer	83.041,63 €	54.344,48 €
FUNÇÕES ECONÓMICAS:		
- Indústria e Energia	101.317,99 €	408.105,89 €
- Transportes e Comunicações	161.360,82 €	294.310,42 €
- Turismo – Desenvolvimento e Promoção	1.314.962,43 €	1.464.498,28 €

Confirma-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos investimentos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa, tendo sempre em mente o aproveitar de todas as oportunidades de financiamento que nos surgem.

Nas Grandes Opções do Plano o nível de execução global foi cerca de 62% dos objetivos programados a médio prazo.

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução global de 45 %.

O valor global do PPI executado no ano de 2013, foi de 2.266.262,38 euros.

O valor executado no ano de 2013 foi distribuído por vários investimentos, dos quais destacamos os seguintes:

- Construção do Centro de Saúde da Golegã	*246.460,89 €*
- Equipamentos Sociais Coletivos – Eficiência Energética	*88.482,81 €*
- Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres	*1.222.430,18 €*

Estes investimentos representaram cerca de 68% do PPI.

Na análise dos documentos de gestão dos últimos anos, verificou-se a preocupação do Município da Golegã em dotar o concelho de infraestruturas necessárias e básicas e, só depois efetuar intervenções noutras áreas também importantes para o desenvolvimento da nossa terra e das nossas gentes.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades mais relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

No ano de 2013 as AMR tiveram um montante executado de 1.183.730,01 euros que adicionado ao valor do PPI, resulta um total nas GOP de 3.449.992,39 euros.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

- Aquisição de energia para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial	407.509,75 €
- Transferência para a A.H.B.V.G. – Despesas de Funcionamento	51.790,71 €
- Transportes Escolares	59.604,36 €
- RSU – Aterro Sanitário - Resitejo	150.340,48 €
- Exposições, Seminários e alugueres de equipamento	63.734,06 €
- Transferências correntes para a Feira Nacional do Cavalo	130.000,00 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita á conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram essencialmente as despesas de funcionamento.

ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO - IMOBILIZADO

Em Euros

DESIGNAÇÃO		2013	2012	Diferença %
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO				
453	Outras construções e infra-estruturas	94.876	92.365	2,72 %
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	28.750	23.677	+ 21,43 %
459	Outros bens do domínio público	6.591.149	6.577.097	+ 0,21 %
445	Imobilizações em curso	9.200	9.200	0,0 %
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
431	Despesas de Instalação	158.613	158.613	0,0 %
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	33.638	30.896	+ 8,87 %
433	Propriedade industrial e outros direitos	2.934	2.934	0,0 %
443	Imobilizações em curso	56.644	56.644	0,0 %
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
421	Terrenos e recursos naturais	2.564.317	2.418.767	+ 6,02 %
422	Edifícios e outras construções	22.496.227	21.055.059	+ 6,84 %
423	Equipamento básico	2.442.273	2.226.795	+ 9,68 %
424	Equipamento de transporte	436.709	431.402	+ 1,23 %
425	Ferramentas e utensílios	209.992	206.802	+ 1,54 %
426	Equipamento administrativo	1.014.848	930.532	+ 9,06 %
429	Outras imobilizações corpóreas	1.970.439	1.853.476	+ 6,31 %
442	Imobilizações em curso	2.985.393	1.883.775	+ 58,48 %
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1.120	1.120	0,0 %
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
411	Partes de capital	349.959	361.709	- 3,25 %
	TOTAL	**41.447.081**	**38.320.863**	**+ 8,16%**

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 3.126.318 euros, em relação ao ano de 2012, representando 8,16 %.

O aumento das imobilizações em curso foi derivado aos investimentos que ainda se encontram a decorrer essencialmente o Centro de Alto Rendimento – Desportos Equestres.

As Imobilizações Corpóreas são a estrutura do investimento municipal com maior peso, representando 82 % da estrutura total, valor, substancialmente acima ao verificado no ano de 2012.

CUSTOS E PROVEITOS

CUSTOS

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2013 é o seguinte:

Em Euros

Designação		Ano de 2013		Ano de 2012	
		Valores	Valores	Valores	%
61	Custo das matérias consumidas	323.275	5,62 %	199.682	3,68 %
62	Fornecimentos e serviços externos	1.759.659	30,61 %	1.569.440	28,89 %
64	Custos com pessoal	2.200.767	38,28 %	2.215.746	40,79 %
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	367.476	6,39 %	342.006	6,30 %
65	Outros custos e perdas operacionais	0	0	0	0
66+67	Amortizações e provisões do exercício	1.046.930	18,21 %	1.008.043	18,56 %
68	Custos e perdas financeiras	18.914	0,33 %	53.123	0,98 %
69	Custos e perdas extraordinárias	32.182	0,56 %	43.689	0,80 %
TOTAIS		**5.749.203**	**100,00%**	**5.431.729**	**100,00%**

Os custos aumentaram em relação ao ano de 2012, cerca de 317.474 euros, representando um acréscimo de 5,8%.

Os custos com pessoal representaram 38,28% da estrutura de custos. Este tipo de custos teve um ligeiro decréscimo em analogia com o ano anterior. As diferenças verificadas, em comparação com a parte orçamental, tem a ver com a especialização dos exercícios em relação aos subsídios de férias e de Natal.

Verificou-se ainda uma variação elevada de 2012 para 2013 nos consumos de energia elétrica (EDP) motivado essencialmente pelo aumento do valor deste bem, como pelo alargamento das áreas de atuação através do melhoramento e inicio de funcionamento de alguns equipamentos.

O peso das amortizações do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a quase um milhão e quarenta e cinco mil euros, valor acima do registado no ano de 2012.

De referir ainda que os custos com as matérias consumidas, fornecimento e serviços externos tiveram um aumento considerável, face ao acréscimo das despesas de funcionamento registadas no ano de 2013.

PROVEITOS

Em Euros

Designação		Ano de 2013		Ano de 2012	
		Valores	%	Valores	%
71	Venda e prestações de serviços	768.637	13,54 %	619.561	11,29 %
72	Impostos e taxas	1.111.960	19,59 %	969.582	17,67 %
74	Transferências e subsídios obtidos	3.625.506	63,87 %	3.664.524	66,77 %
78	Proveitos e ganhos financeiros	273	0,01 %	116	0,00 %
79	Proveitos e ganhos extraordinários	170.085	2,99 %	234.383	4,27 %
TOTAIS		**5.676.461**	**100,00%**	**5.488.166**	**100,00%**

Na globalidade, registou-se um aumento dos proveitos em cerca de 188 mil euros, motivado essencialmente pelas seguintes rúbricas: Venda e prestações de serviços; impostos e taxas.

Este quadro evidencia, ainda a dependência face às receitas provenientes das transferências (63,87%), já que aqui se englobam as verbas dos fundos comunitários e as transferências provenientes da aplicação da Lei das Finanças Locais. No Exercício de 2012, esta dependência foi de 66,77%.

b) – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Autonomia Financeira:

$$\frac{\text{Fundos Próprios e Passivo}}{\text{Passivo Total}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
876,72 %	947,72 %

$$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activo Líquido}}$$

Ano de 2012	Ano de 2012
62,39 %	65,43 %

Liquidez Geral:

$$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
11,12 %	15,99 %

Solvabilidade:

$$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Passivo Total}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
165,87 %	189,29 %

Capacidade do Endividamento:

$$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Capitais permanentes}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
92,53%	91,58 %

Estrutura do Endividamento:

$$\frac{\text{Dívidas a terceiros de curto prazo}}{\text{Fundos Próprios e Passivo}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
6,37 %	4,53 %

Grau de Dependência:

$$\frac{\text{Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo}}{\text{Activo Líquido Total}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
5,04 %	6,02 %

Rácios Orçamentais:

$$\frac{\text{Receita Total}}{\text{Despesa Total}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
100,16 %	99,08 %

$$\frac{\text{Receitas Correntes}}{\text{Despesas Correntes}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
114,37 %	104,30 %

$$\frac{\text{Receitas de Capital}}{\text{Despesas de Capital}}$$

Ano de 2012	Ano de 2012
78,90 %	92,66 %

$$\frac{\text{Despesa com o Pessoal}}{\text{Despesa Total}}$$

Ano de 2013	Ano de 2012
30,24 %	26,71 %

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma boa estabilidade financeira, no entanto foi sentida uma maior dificuldade no ano de 2013 conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

No entanto a nível orçamental os rácios indicam uma boa estabilidade, verificando-se que uma boa parte das receitas correntes serviu para financiar despesas de capital o que consideramos um bom registo.

Apesar da conjuntura económica e social, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das nossas disponibilidades.

Por outro lado, algumas alterações legislativas têm contribuído para que os assuntos financeiros sejam tratados com transparência e extremo rigor, ajudando na melhoria dos resultados e tranquilidade de todos.

c)- EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

Em Euros

	Caracterização da Dívida	2013	2012	2011	2010
1	Clientes e utentes c/cauções	10.881,40	10.881,40	10.881,40	10.881,40
2	Estado e outros Entes Públicos	31.283,25	23.860,77	26.955,57	29.831,93
3	Outros credores-Op.deTesouraria	3.830,30	3.801,76	2.190,38	2.117,20
4	**SOMA**	**45.994,95**	**38.543,93**	**40.027,35 €**	**42.830,53**
5	Fornecedores c/c	956.570,21	698.009,00	866.997,39	1.095.350,59
6	Estado e outras Instituições	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Outras Dívidas	34.837,17	25.557,40	24.431,10	48.483,45
8	Fornecedores de imobilizado	984.244,57	566.945,28	641.722,71	649.426,84
9	Fornecedores de Leasing	7.569,76	17.247,66	33.363,38	49.051,57
10	**SOMA**	**1.983.221,71**	**1.307.759,34**	**1.566.514,58**	**1.842.312,45**
11	**SUB-TOTAL (4 + 10)**	**2.029.216,66**	**1.346.303,27**	**1.606.541,93**	**1.885.142,98**
12	- Empréstimos Contraídos	1.604.340,27	1.787.563,04	1.900.380,92	2.017.356,95
13	**TOTAL GERAL**	**3.633.556,93**	**3.133.866,31**	**3.506.922,85**	**3.902.499,93**

Deste mapa temos que excluir as importâncias a entregar ao Estado e outras Entidades através de movimentos de Operações de Tesouraria, conforme demonstra a soma do ponto 4, perfeitamente controlada mediante o saldo apresentado na respetiva conta.

A dívida global registou um aumento de quase 500 mil euros em relação ao ano de 2012, representando um acréscimo de 15,94%.

Embora a dívida a longo prazo (empréstimos) tenha diminuído consideravelmente, a dívida a curto prazo, atingiu no final do ano de 2013, o valor de 1.983.221,71 euros. Este tipo de dívida teve um aumento de 675 mil euros em relação ao ano anterior.

A dívida total representa 11,41% do Ativo Líquido do Município, valor ligeiramente superior em relação ao ano de 2012 (10,55%), mas inferior aos anos de 2010 e 2011.

Em relação aos empréstimos a médio e longo prazo registou-se uma diminuição em relação ao ano de 2012, em virtude de no ano de 2013 não termos recorrido a esta fonte de financiamento. Apenas, recorremos ao empréstimo de curto prazo liquidado no próprio ano de 2013 e que serviu para fazer face a pagamentos de faturas de investimentos comparticipados.

Limites de endividamento do Município da Golegã:

Limite ao endividamento de curto prazo	353.805,18 €	Lei 2/2007
Limite ao endividamento de médio e longo prazo	3.538.051,79 €	Lei 2/2007
Limite ao endividamento líquido	4.422.564,74 €	Lei 2/2007
Limite ao endividamento líquido (OE/2013)	2.440.578,22 €	Artº. 98º.
Endividamento líquido do Município a considerar	2.682.125,44	Informação DGAL

Com base no limite do endividamento liquido calculado através da Lei nº. 2/2007 de 15 de janeiro, o mesmo é de 4.422.564,74 euros, o Município está muito aquém deste limite já que a dívida total é de 3.633.556,93 euros.

No entanto com base no limite liquido estabelecido pela Lei do Orçamento de Estado/2013 no seu artº. 98º., o mesmo é de 2.440.578,22 euros, limite este ultrapassado em cerca de 241.547,22 euros.

No entanto de referir que se mantém o limite de endividamento a médio e longo prazo. Este tipo de dívida do Município da Golegã é de 1.604.340,27 euros, incluindo os empréstimos excecionados, valor muito inferior ao limite estabelecido.

d)- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados verificou-se um Resultado Líquido negativo do Exercício de 2013 de **72.742,53 Euros.**

Em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, o Executivo propõe que:

O Resultado Líquido Negativo de **72.742,53 Euros**, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.9);

e)– FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2014 e após o encerramento do exercício de 2013 verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000 Euros, para fazer face ao pagamento de faturas de imobilizado referentes, essencialmente a investimentos candidatados aos fundos comunitários.

De referir a celebração dos contratos interadministrativos – Delegação de Competências com as Juntas de Freguesia de Azinhaga, Golegã e Pombalinho.

Em fevereiro de 2014, e após aprovação em reunião de Câmara, foi autorizado pela Assembleia Municipal a assunção de compromisso plurianual do investimento – Ordenamento das margens do Rio Almonda e instalação de açude e escada de peixes.

Em conclusão e face a uma conjuntura bastante difícil, é nossa convicção ter cumprido nas matérias em apreciação, declarando a nossa disponibilidade, para o esclarecimento de quaisquer dúvidas que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 21 de Abril de 2014.

O Presidente da Câmara,

(Rui Lince Medinas, Engº.)